

As ações navais da Flotilha Itaparicana durante a Guerra da Independência na Bahia (1822-1823)*

The naval actions of the Itaparicana Flotilla during the War of Independence in Bahia (1822-1823).

Johny Santana de Araújo

Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense – UFF.

Professor da Universidade Federal do Piauí onde é membro do Programa de Pós-graduação em História do Brasil.

RESUMO

Em fins de 1822, quando o processo de independência estava em franco estado de desenvolvimento na Bahia e as forças contrárias a Portugal já estavam em luta, uma inusitada força foi organizada pelos insurretos naquela província. Era uma pequena força naval que ficou responsável pela defesa da Ilha de Itaparica, pelas ações ofensivas de fustigamento aos portugueses e contribuiu no bloqueio naval contra Salvador. Até a chegada da Esquadra Imperial sob comando do Lorde Thomas Cochrane, a Flotilha Itaparicana suportou o grosso dos combates navais na Baía de Todos os Santos. Nesse sentido, o presente artigo pretende visitar a narrativa sobre a sua constituição, sobre os combates, os sucessos e os reveses do conflito, mostrando como a atuação da Flotilha contribuiu decisivamente para a vitória da causa brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Bahia; Independência do Brasil; Flotilha Itaparicana; Guerra Naval.

ABSTRACT

In late 1822, when the independence process was in a clear state of development in Bahia and the forces against Portugal were already fighting, an unusual force was organized by the insurgents in that Province. It was a small naval force which was responsible for the defense of the island of Itaparica, for the offensive actions of harassing the Portuguese, and contributed to the naval blockade against Salvador. Until the arrival of the imperial fleet under the command of Lord Thomas Cochrane, the Itaparican Flotilla bore the brunt of the naval combat in Baía de Todos os Santos. In this sense, the present article intends to visit the narrative about its constitution, the combats, the successes, and the setbacks of the conflict, showing how the performance of the Flotilla contributed decisively to the victory of the Brazilian cause.

KEYWORDS: Bahia; Independence of Brazil; Itaparican Flotilla; Naval War.

*Artigo recebido em 18 de outubro de 2022 e aprovado para publicação em 01 de novembro de 2022.
Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 18, nº 36, p. 104-118 – 2022.

A GUERRA NA BAHIA

A independência da Bahia foi um movimento que teve início em 19 de fevereiro de 1822, terminando em 2 de julho de 1823, sendo motivado por um desejo de seu povo de se libertar de Portugal. O movimento acabou por inserir a então província no processo de emancipação e por consequência na Guerra da Independência.

Na Bahia, especificamente em Salvador, houve a adesão à Revolução Liberal do Porto¹ em 1820 e, com a convocação das Cortes Gerais em Lisboa, em janeiro do ano seguinte, foram enviados deputados, como Miguel Calmon du Pin e Almeida, a fim de garantir a defesa dos interesses da província. Naquele momento, Salvador encontrava-se dividida em vários grupos políticos.

Havia muitos interesses divididos que levaram a uma grande animosidade, desde liberais que uniam portugueses e brasileiros interessados em manter a situação de Reino Unido, adquirida com a vinda da Corte para o Brasil em 1808, até os portugueses interessados no retorno ao estado anterior de colônia.²

Nesse conjunto de tendências havia ainda brasileiros, liberais, conservadores, monarquistas e até republicanos que, por fim, uniram-se no empenho geral em prol de uma luta que vinha ocorrendo há quase um ano, e que só se torna unificada com a Independência do Brasil ter sido proclamada em 14 de junho de 1822 na Câmara Municipal da Vila de Santo Amaro da Purificação Nacional, que reconheceu a autoridade de D. Pedro I. (MORTON, 1974, p. 250), proclamação essa que pregava a unidade de uma causa pela independência.

A luta pela Independência do Brasil havia se iniciado na Bahia antes mesmo da expulsão dos exércitos portugueses de Pernambuco e das reações portuguesas ao Dia do Fico, mas em linhas gerais a inde-

pendência do Brasil somente se efetivou quase um ano depois de 7 de setembro de 1822 com os últimos combates ocorrendo durante o cerco ao Major João José da Cunha Fidié no Maranhão. A guerra era uma contraposição à ideia de que o processo de independência havia sido pacífico e que não era obra somente da proclamação feita às margens do riacho Ipiranga por Pedro I. Em linhas gerais, só à custa de muitas vidas e batalhas por terra e mar o Brasil conseguiu se emancipar de Portugal.

Os deputados nas Cortes de Lisboa que eram da província da Bahia consultaram por carta os seus distritos, perguntando as municipalidades qual relação a Bahia deveria ter com Portugal. As vilas de Santo Amaro, Cachoeira e São Francisco do Conde, acompanhadas pelas outras, todas se manifestaram a favor de que a província acompanhasse a regência de D. Pedro, no Rio de Janeiro (PEDREIRA, 1977). Era uma clara expressão da vontade de separação de Portugal, a quem consideravam tirana.

Uma escuna militar foi mandada por Madeira de Melo para Cachoeira. Nesse ínterim, em 25 de junho de 1822, os membros da Câmara Municipal de Cachoeira reuniram-se sendo feita uma consulta ao povo, pelo Procurador do Senado da Câmara, “se concordava que se proclamasse Sua Alteza Real como Regente Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, da mesma forma que havia sido no Rio de Janeiro”, e o povo aclamou que “Sim!”

Em comemoração, houve um desfile da cavalaria pelas ruas, foi celebrada uma missa. Durante o desfile popular, foram desfechados tiros por um português em direção aos populares, tiros também foram dados da escuna fundeada ao largo. O tiroteio seguiu por toda a noite e, no dia seguinte, com essas ações praticamente foi inaugurada a luta contra a presença portuguesa na Bahia.

Em novembro de 1822, os insurretos “brasileiros” se reuniram na cidade de Maragojipe, e então decidiram que todos ficariam do lado de D. Pedro e contra a Coroa portuguesa. Proclamou uma Junta Conciliatória e de Defesa para o governo municipal em sessão permanente, recebendo a adesão de muitos portugueses. Dentre esses brasileiros, destacaram-se Rodrigo Antônio Falcão Brandão, mais tarde feito o primeiro Barão de Belém, e Maria Quitéria de Jesus que se alistou no Exército Libertador.

O comandante da escuna portuguesa, que ainda permanecia fundeada, foi instado a cessar sua ação, obtendo como resposta uma ameaça. O povo reagiu e deu-se a primeira luta pela apreensão da embarcação, que, cercada de terra e água, resistiu até a captura e prisão dos sobreviventes, em 28 de junho de 1822. Aos poucos, as aldeias do Recôncavo se juntaram às de Cachoeira. Salvador tornou-se alvo de maior opressão para Madeira de Melo, e o êxodo da população tornou-se mais intenso.

Os municípios se organizaram para o combate, treinando tropas, cavando trincheiras. As adesões vieram pelo interior. Foram organizados pontos de defesa estratégicos nas ilhas do Recôncavo, bem como no Pirajá, no entorno da região de Cabrito. Os embates estavam iniciando, as notícias se espalharam pela província e ao longo do Brasil. Os moradores de Itaparica já haviam aderido ao movimento antilusitano. Uma expedição enviada por Madeira de Melo chegou até aquela ilha abrindo fogo. Diante daquela situação muitas pessoas acabaram engrossando as forças que se concentravam no Recôncavo para resistir aos portugueses.

A CONSTITUIÇÃO DE UMA FLOTILHA

A província da Bahia, como vimos, bem antes da Proclamação da Independência lançada pelo Príncipe D. Pedro em setembro de 1822, já estava mergulhada em uma

violenta insurreição perpetrada por parte da elite descontente com a presença do comandante das armas, o General Inácio Madeira de Melo. Ocorreram vários embates que foram se tornando cada vez mais aglutinadores de um movimento de ruptura. A Bahia foi, portanto, a primeira das províncias que aderiu à causa da independência.

O principal foco de resistência às novas determinações das Cortes foi concentrado na oposição ao Governador das Armas, o General Madeira de Melo, que possuía à sua disposição consideráveis forças na terra e no mar. Contra essa capacidade, os insurretos da Bahia se levantaram e inicialmente surgiu uma reação que aparentemente se encontrava sem articulação e sem coesão; paulatinamente foi se organizando e se expandindo em praticamente toda a província da Bahia.

Passados poucos meses, os portugueses ficaram literalmente isolados em Salvador e no seu entorno. Mesmo com mais capacidade naval, a manutenção da província da Bahia em suas mãos e a vitória na guerra, eles estavam sujeitos ao controle da Baía de Todos os Santos e por extensão ao domínio das comunicações e de todo abastecimento entre Salvador e as vilas fora da cidade.



Figura1 - João Francisco de Oliveira Bottas

Os insurretos entenderam que precisava ser feito algo contra a presença dos portugueses, pois pouco poderiam esperar sucessos no mar, se não se aparelhassem para ações ofensivas. Para tanto, nasceu então a Flotilha Itaparicana, cuja atuação ao longo de sete meses conseguiu desarticular a capacidade militar dos portugueses em Salvador, levando a eles sérios problemas.

O Segundo-Tenente da Armada Nacional e Imperial João Francisco de Oliveira Bottas foi o oficial escolhido para o comando da Flotilha Itaparicana. João das Bottas nasceu em 24 de junho de 1776, era natural de Portugal, sendo um dos oficiais que aderiram à causa da independência do Brasil, vindo a ser incorporado à nova Marinha Imperial Brasileira após a separação, tendo desenvolvido uma longa carreira naval onde teve diversas funções e ocupações.

Bottas iniciou sua carreira de segundo-tenente em 14 de março de 1818; na sequência tornou-se primeiro-tenente em 7 de janeiro de 1823; capitão-tenente em 6 de dezembro de 1823; capitão de fragata em 31 de janeiro de 1826; capitão de mar e guerra em 12 de outubro de 1828, e chefe de divisão, graduado em 1832 (ANDRÉA, 1955).

Das diversas comissões de comandos e direções que ocupou, encontra-se o comando da Nau *Pedro I*; Embarcação *Imperador do Brasil*; Divisão Naval do Rio da Prata (interino); Esquadra *Itaparicana*; Flotilha *Itaparica*. Como havia sido incorporado à Marinha Imperial, participou ainda da Guerra da Cisplatina. João das Bottas faleceu em 18 de dezembro de 1833 na Bahia.

Em 25 de junho de 1822, quando ocorreu, em Cachoeira, o pronunciamento de aclamação ao Príncipe Regente D. Pedro I, uma escuna da Marinha portuguesa atacou a vila, o que demonstrava que os portugueses mantinham o controle da Baía de Todos os Santos através de suas bar-

cas e canhoneiras. Com esse dispositivo, os portugueses podiam manter o controle da capital da província, podiam garantir o abastecimento proveniente do Recôncavo, além de impedir a comunicação das vilas amotinadas, e finalmente hostilizar, quando necessário, os pontos localizados ao redor do mar fechado do golfo (FREIRE, 1996, p. 43, 44).

O primeiro ponto do Recôncavo Baiano a ser hostilizado pelos portugueses foi exatamente a Ilha de Itaparica, o que foi plenamente feito por seus navios de guerra. O primeiro grande ataque português ocorreu em 10 de julho de 1822, com uma tentativa de assalto à fortaleza de São Lourenço. A ação foi conduzida por um oficial chamado Joaquim José Teixeira, que liderava barcas de combate (PEDREIRA, 1975, p. 4). Houve uma grande debandada de insurretos que se dirigiram até Cachoeira que, com ajuda da Junta Conciliatória, iniciaram então uma guerra de resistência.

Em 29 de julho, novamente os defensores de Itaparica tiveram que sustar um novo ataque dos portugueses que utilizaram, para tanto, três barcas que se lançaram pelo estreito do funil entre a Ilha de Santana e a barra do Rio Jaguaribe. A ação foi completamente rechaçada por forças vindas de Cachoeira, que incluía mulheres.

No dia 30 de outubro de 1822, entrou na Baía de Todos os Santos a Esquadra portuguesa sob o comando do Chefe de Divisão João Félix Pereira de Campos, o que representou um sério desafio aos insurretos. As ilhas e o Recôncavo que estavam livres do bloqueio português desde 14 de outubro voltaram a sofrer assédio após a chegada de João Félix, tiveram inclusive suas comunicações interrompidas pelos navios portugueses. A finalidade do novo cerco era impedir a chegada de mantimentos e munição ao Exército Pacificador do General Labatut e, secundaria-

mente, suspender a navegação entre os pontos do Recôncavo.

Os navios portugueses já haviam começado a patrulhar desde a Ilha dos Frades à face de Itaparica, ameaçando inclusive os redutos que o General Labatut havia mandado edificar no norte da capital de Salvador. “Os itaparicanos não se mostram menos ousados, nessa conjuntura; em suas canoas, põem-se a apreender as embarcações em que portugueses fogem do Recôncavo para a companhia dos compatriotas, na cidade.” (CALMON, p. 47).

Diante das ameaças claras dos portugueses, foi levantada a possibilidade de enfrentar abertamente os navios portugueses; os itaparicanos pouco poderiam esperar, no tocante à luta no mar, se não contassem também com forças navais ofensivas.

Já havia sido tentado montar um esforço com sentido a enfrentar essa ameaça portuguesa, a ideia havia sido levada muito antes por Souza Lima ao Conselho Interino do Governo, a proposta de criação de uma força naval – o que foi prontamente rejeitada por se considerar o respeitável poder de fogo da esquadrilha portuguesa disposta na Baía de Todos os Santos.

A Junta em Itaparica nutria, no entanto, um temor com a ação de canhoneiras que haviam sido enviadas por Madeira ao Recôncavo, que atuaram como no episódio de Cachoeira, em 25 e 28 de junho de 1822. Para conter a ameaça dos navios portugueses é que foi criada, em novembro de 1822, a “Flotilha” de canhoneiras e lanchas sob comando dos brasileiros, com fins também de proteger a região.

Quando finalmente se decidiu por uma providência mais efetiva, foi ordenado a Bottas para seguir imediatamente para Itaparica, onde seria sua base de operação e de onde deveria começar a “armação e arranjos” de “três barcos de borda falsa capazes de [receber] artilharia”. Bottas recebeu a missão de artilhar um barco que

também havia sido doado pelo português Antônio Souza Lima, um rico comerciante que havia aderido aos insurretos.

Ao chegar em Itaparica, no final de novembro de 1822, João das Bottas iniciou suas atividades trabalhando febrilmente na tarefa de artilhar os barcos. O primeiro barco armado foi lançado ao mar em 6 de dezembro daquele ano. À medida que as ações da campanha iam seguindo, a Flotilha foi sendo gradualmente ampliada, tanto em quantidade de barcos como em efetivo.

João das Bottas, com seu conhecimento como mestre de reparos em embarcações de Salvador, tentou, inicialmente, sabotar os navios da Marinha portuguesa estacionados em Salvador. Ao ser descoberto, ele fugiu para o Recôncavo, quando então iniciou o processo de organizar a Flotilha, artilhando os barcos com canhões improvisados, transformando-os completamente. Esta pequena Esquadra operava a partir de um ponto fortificado na Ponta de Nossa Senhora; a sua principal missão era fechar o caminho com os navios que dispunha para o interior da Baía de Todos os Santos (RABELO, 2010, p. 58), negando aos portugueses liberdade de movimento a fim de coibir o abastecimento de suas tropas.

Em Itaparica, o Tenente João das Bottas havia se dedicado, desde cedo, à sua tarefa. Para aparelhar o barco de Souza Lima, usou um estaleiro pertencente a um mestre chamado Joaquim de Brito. Utilizando uma carreta de vaivém conseguida num engenho próximo, assentou uma peça de artilharia de 12 polegadas em rodízio à proa. Recrutou a tripulação e organizou uma tropa, às ordens do Alferes Francisco Alvellos Espínola. João das Bottas comandou pessoalmente a *Pedro I*.

A força organizada por João das Bottas teve o seu primeiro navio armado pronto para o combate sendo batizado de *Pedro I*. A ele se juntaram outras sete

embarcações (*Leopoldina, Maria da Glória, Januária, Paula Mariana, S. Francisco, Cachoeira e Vinte e Cinco de Junho*), que estavam armadas com 19 peças de diferentes calibres e 373 homens, entre soldados e marinheiros (ALMEIDA, 1923, p. 12). Outros navios teriam ainda se juntado a essa esquadrilha, atingindo 710 marinheiros entre marujos e oficiais.³

A Flotilha surgiu num momento extremamente importante, porque naquele contexto a sorte da guerra dependeria dos embates que seriam travados a partir do

mar, uma vez que a estratégia dos insurretos consistia em bloquear e isolar as tropas de Madeira de Melo impedindo o seu acesso a qualquer abastecimento de víveres. O comandante português, após a Batalha de Pirajá, ocorrida em 8 de novembro de 1822, ficou sem qualquer possibilidade de obter provisões nas regiões ao norte da cidade. Restava-lhe o mar, onde os brasileiros poderiam bloquear e hostilizar suas forças, inicialmente esse papel caberia mesmo que timidamente com a Flotilha.



Figura 2 - "A Flotilha Itaparicana" - Aquarela de Trajano Augusto de Carvalho 1938

A Flotilha, sob o comando de João das Bottas, desempenhou ainda uma importante função na segurança do Recôncavo, auxiliando os esforços brasileiros em negar ao General Madeira de Melo uma de suas principais táticas, que era a de golpear diretamente as vilas do Recôncavo com suas canhoneiras.

Quando a Flotilha já estava em operação, para além de oferecer um importante meio de defesa, os brasileiros fizeram os

portugueses sofrer com o acossamento aos seus próprios navios, pois segundo consta, os navios de João das Bottas teriam apreendido pelo menos dez barcas portuguesas (BITTENCOURT, 1923, p. 292).

A AÇÃO DA FLOTILHA ITAPARICANA NA BAÍA DE TODOS OS SANTOS

A primeira ação de um dos barcos artilhados por João das Bottas permite-nos observar a medida do que foi capaz de

fazer a esquadilha brasileira. A primeira missão dessa força consistiu em proteger um comboio de 19 barcos e lanchas que vieram de Nazaré carregados de víveres, e se destinava ao Rio Cotegipe, em frente à Ilha de Maré, local onde chegariam ao Exército Pacificador. O General Labatut tinha o seu quartel-general no Engenho Novo, em Água Comprida, a meia légua de distância da saída daquele rio. Portanto, era um ponto estratégico para as forças libertadoras.

O cerco a Salvador nesse momento havia se tornado estagnado, muito embora não deixasse de ser renhido, sobretudo no Recôncavo. O General Madeira de Melo havia ordenado uma série de ataques da Esquadra portuguesa, de maneira especial contra a Ilha de Itaparica e próximo de Cachoeira, na Barra do Paraguaçu. O general destacou algo em torno de 400 marinheiros que já estavam envolvidos no bloqueio ao Recôncavo, além de ter destacado mais de 100 soldados do Exército.⁴

Em dezembro de 1822, tinham-se registrado as primeiras escaramuças da Flotilha brasileira comandada pelo Primeiro-Tenente João das Bottas com os navios portugueses que bloqueavam a Ilha de Itaparica. Entre os navios estavam os Brigues *Audaz* e *Prontidão* e a Escuna *Emília*. Segundo consta, os navios da Flotilha a partir da Ilha de Itaparica buscavam abastecer de mantimentos os revoltosos nas margens do Rio Cotagipe. A partir de então seriam registrados novos confrontos, cada vez mais encarniçados, mas inconclusivos. No mesmo mês de dezembro e, novamente, em maio do ano seguinte, ocorreram ousados e bem-sucedidos ataques de três canhoneiras da flotilha a sete embarcações portuguesas que mantinham o bloqueio (MONTEIRO, 1989, 52, 53 e 62).

Após o primeiro combate, ocorrido em 23 de dezembro daquele mês, com o ataque iniciado por uma esquadilha de

barcos portugueses que atacaram a ilha, um outro assalto ocorreria na sequência do mês de dezembro, mas propriamente em 7 de janeiro de 1823, sendo essa considerada a principal ação ordenada pelo General Madeira de Melo sobre Itaparica naquele momento da guerra.

Foram mobilizados para tanto 1.200 homens, além dos Brigues *Audaz* e *Prontidão*, da Escuna *Emília* e da Barca *Constituição*, como diversas canhoneiras e barcos menores armados, superando mais de 40 embarcações (VARNHAGEN, 1957, p. 275). Nesse momento os brasileiros ficaram em alerta sobre a possível realização do ataque, o que os fez se prepararem para o combate.

Naquela ocasião foi registrada uma viva atividade das forças portuguesas no Recôncavo, pois entre dezembro de 1822 e janeiro de 1823, as forças do General Madeira de Melo mantinham-se em prontidão, realizando manobras diárias com preparativos para diferentes assaltos na região.

Para os portugueses, as operações se tornavam particularmente delicadas, dada a necessidade de obtenção de gêneros alimentícios. Fica patente perceber que essa era a principal razão para os portugueses procurarem tentar assaltar o Recôncavo e, para além disso, havia as questões estratégicas de controle da Baía de Todos os Santos e da Ilha de Itaparica (MORGADO, 2010, p. 74). Além de todas essas operações, os navios portugueses também haviam seguido até Pernambuco a fim de encontrar navios de suprimentos.

A operação militar que se deu em 7 de janeiro de 1823 foi uma tentativa de ocupação da Ilha de Itaparica pelas forças portuguesas, a ação envolveu em torno de 600 homens que se encontravam distribuídos por várias embarcações. Tais forças desembarcaram sob a proteção dos navios de guerra. A força de desembarque de Marinha estava sob o comando

do aspirante Ferreira do Amaral, futuro governador de Macau. No entanto, a operação falhou completamente. Durante os combates, o aspirante Ferreira do Amaral, mesmo com um braço desfeito por um tiro de artilharia, continuou a incitar os seus homens à carga. (ESPARTEIRO, 1961, p. 366)

As primeiras manobras de combate dos portugueses na manhã do dia 7 de janeiro foram realizadas por um barco e um lanchão dos portugueses que se aproximaram para um reconhecimento e foram atingidos por tiros do Forte de São Lourenço. Uma hora e meia depois dessa primeira escaramuça, toda a Esquadra de João Félix avançou, fazendo fortes disparos de canhões itaparicanos, mas igualmente sofrendo uma forte barragem de artilharia por grande parte do litoral (ALMEIDA, 1923, p. 292.)

Durante os combates, a viva fuzilaria impediu a manobra dos barcos armados portugueses. Na terceira tentativa, segundo consta, João Félix teria afirmado que seu escaler foi furado com bala de fuzil e seu patrão ferido. O almirante relatou que chegou a desembarcar em Itaparica, mas sem lograr êxito.

Os portugueses sofreram, ao mesmo tempo, o acossamento da Flotilha Itaparicana de João das Bottas, que teria apreendido dez barcas portuguesas (ALMEIDA, 1923, p. 292). Na sequência dos combates, dois outros navios foram afundados e seus comandantes mortos. Às 13 horas, a Esquadra portuguesa retirou-se da área. As forças portuguesas ainda tentaram, às 15 horas, realizar uma operação de desembarque alternativo sobre Mocambo e Amoreiras, mas foram novamente repelidas, com perdas tão expressivas que uma das embarcações não teria escapado porque seus tripulantes estavam mortos ou severamente feridos. Alguns ataques ainda ocorreram ao longo do dia 8 de janeiro,

mas, na manhã seguinte, a Esquadra do Almirante João Félix havia decididamente se retirado.

No ataque de 7 de janeiro, o Almirante João Félix registrou que houve⁵ cinco mortos, 12 marinheiros feridos, dos quais metade gravemente e os demais parcialmente, havendo um total de 17 baixas portuguesas durante a ação. Esse quantitativo foi consideravelmente mais expressivo em decorrência dos combates anteriores e do choque de ambas as forças, porém é pouco provável que o número de perdas seja equivalente ao informado pelo historiador Pedro Calmon, que levanta um número de portugueses mortos em ação girando em torno de 200 (ALMEIDA, 1923, p. 292). É mais provável que o quantitativo total de perdas de ambos os contendores chegue a esse número.

Os portugueses realizaram pelo menos três incursões contra Itaparica nessa época. Para sua defesa chegou-se a mobilizar mais de três mil homens. Era uma tentativa de fortalecer maximamente as defesas brasileiras na ilha; a maior parte dos ilhéus foi convocada para reforçar tais defesas (ALMEIDA, 1923, p. 292). Em terra, foram comandados pelo português Antônio de Souza Lima. Sob suas ordens foram abertas trincheiras no Morro de São Paulo e no Forte de São Lourenço. Foi estabelecido um grande contingente de artilharia. Coube à Flotilha de João das Bottas oferecer um importante meio de defesa às operações ao largo da Ilha.

A CHEGADA DA ESQUADRA IMPERIAL E A AÇÃO CONJUNTA CONTRA AS FORÇAS PORTUGUESAS

Além das escaramuças de alguns navios da Esquadra de Pereira de Campos com a Flotilha Itaparicana comandada pelo Tenente João Francisco Oliveira Bottas, somente em Montevideu, na então

Província Cisplatina, os oficiais comandantes portugueses combateram entre si.⁶ Novos embates ocorreriam quando da chegada do Almirante Thomas Cochrane,⁷ e em uma das ocasiões durante o combate de parte dos marujos, se colocariam contrários às suas ordens por razões de irmandade com os portugueses.

Registra-se que os oficiais leais a Portugal aparentemente não apresentariam dificuldades para cumprir suas ordens por questões de consciência, pois em seu entendimento os seus antigos colegas da nova Marinha Imperial do Brasil eram tidos como traidores da Coroa portuguesa. Pode-se intuir que D. Pedro I, muito acertadamente, tomou a decisão de contratar oficiais estrangeiros, notadamente britânicos, para atuarem como oficiais seniores das principais unidades de combate da Marinha Imperial, pois estes não tiveram qualquer problema em abrir fogo contra os antigos aliados portugueses do Reino Unido.

Em vista à necessidade de garantir o domínio do novo território que estava sendo constituído, D. Pedro teve a habilidade de perceber a importância de dispor de uma Marinha de Guerra, pois a maior parte das ligações do país e do seu abastecimento era feito por mar, portanto tornava imperativo a garantia do seu controle e por extensão era a garantia da própria unidade territorial. Era providencial que D. Pedro, rapidamente, se compelissem em formar uma Marinha de Guerra que fosse capaz de defender a independência do novo país (PEREIRA, 2005, p. 95), bem como foi providente a iniciativa de se dar combate no mar aos portugueses, tal como ocorreu em Itaparica.

Na Bahia, apesar das ofensivas e combates em terra revigorados no mês de janeiro de 1823, o General Madeira de Melo continuava a resistir, ao tempo em que nutria capacidades para realizar operações

marítimas. Nesse contexto, vale ressaltar que o seu relacionamento com o Almirante João Félix não era bom, e se deteriorava a cada dia que se passava de forma mais acentuada. Outro revés era a Flotilha comandada por João das Bottas, que ganhava cada vez mais espaço desarticulando os esforços portugueses na Bahia. Apesar de todo esse desarranjo, os portugueses continuavam representando uma clara ameaça no mar.

Madeira de Melo continuou insistindo em realizar operações no Recôncavo, tal como a ação de 28 de janeiro, sobre a foz do Rio Paraguaçu, quando nove embarcações portuguesas lançaram um ataque e foram repelidas pela Flotilha Itaparicana, sob o comando de João das Bottas e por tropas em terra (MORGATO, 2010, p. 50).

Os meses de fevereiro e março de 1823 registraram combates diários e novas ações terrestres e navais, neste caso, antes da chegada de Cochrane, com a Flotilha de João das Bottas. Houve confrontos mais importantes nos dias 2 e 25 de fevereiro.⁸

Mas a força naval brasileira não se resumia ao conjunto de pequenos navios da Flotilha Itaparicana; uma força muito maior já havia sido preparada no Rio de Janeiro, a primeira Esquadra da Marinha brasileira, sob o comando do Lorde Thomas Cochrane.⁹ Assim quando o Lorde Cochrane chegou à Bahia, em 13 de março de 1823, iniciou um cerco por terra, ao tempo em que pôs-se a pressionar pelo mar Madeira de Melo; Nesta altura, a ajuda de João das Bottas ainda era muito importante, tanto que ao abandonar o Brasil rumo a Portugal os navios da Flotilha Itaparicana seguiram a Esquadra principal sob o comando do Lorde Cochrane e puseram-se à caça aos navios portugueses ainda em águas da Bahia de Todos os Santos.

De acordo com o capelão da Armada da Independência, Frei Paixão e Dôres, o Almirante Thomas Cochrane procurou

inicialmente situar uma base para realizar suas operações. O local preferido foi o Morro de São Paulo, um ponto da Ilha de Tinharé, considerado estratégico ao sul da Baía de Todos os Santos (DORES, 1940, p. 207).

Cochrane seguiu então para o Morro de São Paulo e, a partir de uma enseada, constituiu sua base naval. O almirante não nutria muita confiança nos oficiais de origem portuguesa e nem nos marinheiros; com ressalva aos de "caráter conhecido". Preocupava-o igualmente o estado de aprestamento dos navios estando guarnecidos por eles: Cochrane os consideravam péssimos.

Das primeiras providências tomadas, incluiu a substituição dos marinheiros que não confiava da Nau *Pedro I* e da Fragata *Maria da Glória*, que foram enviados presos para o Rio de Janeiro. Na sequência, transferiu a artilharia suplementar para seu navio de comando e partiu com a *Pedro I* e a *Maria da Glória*, com a missão de fechar a cidade de Salvador e capturar os navios mercantes que chegavam no porto.

Sua operação criou uma série de dificuldades e embaraços no abastecimento por mar dos portugueses. Em terra, as tropas do Exército Libertador já estavam cercando Salvador. Na Baía de Todos os Santos, a Flotilha Itaparicana, sob o comando do Tenente João das Bottas, composta por saveiros e escunas, também impedia que os portugueses fossem abastecidos. A situação das forças do General Madeira de Melo foi gradualmente se tornando insustentável.

Naquela ocasião, o Almirante Cochrane também entrou em contato com os oficiais da Flotilha, quando estes deram detalhes sobre a evolução dos acontecimentos naquele teatro de operações.

Tendo-se já mandado por terra, para o Exército, o Capitão Piranga recebeu o Lord novamente e

outros Oficiais de Itaparica, e Tristão Pio dos Santos, Comandante de quatorze Barcas canhoneiras que defendem aquela Ilha, lhe participou que tudo quando estava às ordens do Madeira, já se achava a bordo da Esquadra Lusitana, para sair a 29 ou 30 do corrente; e que somente embarcaria em último lugar a pequena guarnição que defendia as Linhas; tendo também já embarcado toda a Artilharia de bronze, deixando inutilizada a de ferro, por estar já encravada; asseverando finalmente que este ofício nada tinha de duvidoso, e que a este respeito podia S. Ex. tomar as medidas convenientes e que mais justas lhe parecessem. (DORES, 1940, p. 229)

Após as malogradas investidas de Madeira de Melo em janeiro de 1823, a conjuntura naval na Bahia convergiu a favor dos brasileiros (MORGADO, 2010, p. 75). Pois antes mesmo da chegada da Esquadra Imperial sob o comando de Cochrane, a Flotilha Itaparicana de João das Bottas estava efetuando várias operações contra os navios portugueses ao largo da Baía de Todos os Santos. Surpreendentemente de uma força defensiva que visava conter as investidas dos portugueses contra a Ilha de Itaparica, a pequena esquadrilha havia se tornado uma agressiva unidade de combate que simplesmente desarticulou a capacidade de ação e reação da Marinha portuguesa na Bahia.

Muitos navios portugueses foram capturados e várias embarcações acabaram sendo destruídas, embora as unidades maiores tivessem sido preservadas. O Almirante Cochrane ao chegar na Bahia e ao saber das atividades da Flotilha acabou promovendo na sequência o Tenente João das Bottas ao posto de Capitão.

João das Bottas liderou e empreendeu um tipo de combate de atrito que debilita-

va aos poucos o inimigo, um tipo de guerra assimétrica, que, embora provocasse perdas, eram de ambos os lados. Tais enfrentamentos não se caracterizavam por combates conclusivos, pois os navios principais da Esquadra portuguesa eram fortes o suficiente para resistirem às investidas da Flotilha. Ademais, a Esquadra portuguesa continuava representando uma ameaça permanente. Estrategicamente ainda era uma força respeitável e estava à altura da nova Esquadra brasileira do Almirante Cochrane que acabara de chegar.

Quando da saída das forças portuguesas de Salvador em 2 de julho, a Flotilha Itaparicana, em auxílio à Esquadra brasileira, pôs-se a hostilizar abertamente os navios portugueses que conduziam as tropas portuguesas do General Madeira de Melo.

Pelas 11 horas da manhã do referido dia dois de julho se fizeram á vela para Portugal todas as embarcações, que transportavam o general Madeira, com a força do seu comando: e a Flotilha de Itaparica, desaferrando com a maior presteza d'aquela ilha, ainda chegou a tempo de fazer algumas hostilidades a diferentes embarcações daquelas que velejavam dentro da Bahia [...]. Consecutivamente passou o valente João Francisco de Oliveira Botas á fortaleza do mar, e, ocupando-a com parte da guarnição da sua barca, fez ali tremular pela primeira vez um pavilhão nacional, que, iludida toda a vigilância dos Lusitanos, havia sido feito n'essa fortaleza pelos oficiais Brasileiros, que, para ela tinham sido removidos da prisão da fortaleza de S. Pedro. (CERQUEIRA E SILVA, 1933, p. 63-64).

A saída do General Madeira de Melo de Salvador, que mesmo tendo sido considerada rápida e arrojada, não impediu que ele fosse acossado e perseguido pelo

Almirante Cochrane fora da barra. O almirante conseguiu aprisionar diversos navios portugueses e continuou perseguindo a Esquadra portuguesa que conduzia o exército do General Madeira de Melo até a foz do Rio Tejo; surpreendentemente a Flotilha Itaparicana também seguiu para alto-mar engrossando a força principal da Esquadra Imperial, sob o comando de Cochrane, a fim de dar combate aos portugueses que deixavam o Brasil.

CONCLUSÃO

A guerra da independência no Brasil, ocorrida em 1823, deixou marcas indiscutíveis na lembrança, mas a predisposição para organização de uma força autônoma por parte dos brasileiros para lançar uma ação contra os portugueses revela uma capacidade e uma intenção cujos feitos ainda se encontram imersos na margem da história.

Com destreza, paciência e notável dose de coragem, o Tenente João das Bottas habilidosamente conseguiu reunir em torno de sua liderança um grupo obstinado de valentes marinheiros sem aparente experiência militar e decidiu dificultar a permanência dos portugueses em Salvador, com relativo sucesso. Indiretamente prepararam as bases para a operação da Esquadra principal da Marinha Imperial, comandada por Lorde Thomas Cochrane, que chegou à Baía de Todos os Santos com a missão de bloquear Salvador e destruir a Esquadra portuguesa lá estacionada.

Como foi observado no início deste texto, o fato dos insurretos terem se rebelado contra Portugal antes mesmo da decisão de rompimento com a metrópole, perpetrada por D. Pedro I, permite-nos pensar que os problemas aqui descritos nasceram dentro de um cenário político que se desenvolveu de maneira inesperada.

No entanto, isso não torna a dinâmica da importância da Flotilha menos signifi-

cativa, embora nem sempre tenha sido reconhecida e enfatizada a sua memória, ou tenha sido expressiva a sua história. Muito pelo contrário, a dinâmica de operação da Flotilha garantiu que as forças do General Inácio Madeira de Melo permanecessem em sérias dificuldades para a manutenção logística eficiente de suas operações, tanto as ofensivas quanto defensivas, mesmo com a chegada da Esquadra portuguesa do Almirante João Félix.

A Flotilha não se dobrou diante da capacidade dos portugueses, nutrindo contra eles uma viva campanha de guerrilha naval. E finalmente, com a chegada da Esquadra principal da nova Marinha Imperial sob comando do Lorde Thomas Cochrane, a flotilha se manteve em ação, acompanhando os navios portugueses ao longo do Oceano Atlântico, até a foz do Rio Tejo em Portugal.

A memória em torno dessa inusitada esquadilha é que ainda tem sido um de-

safio, tanto pelo interesse quanto pela velocidade com que se desenrolou a guerra de independência, cuja atenção acabou fazendo com que as diversas narrativas em torno dos demais eventos acabasse também priorizando outros personagens e suas histórias.

Dentre os vários esforços para a construção de uma narrativa sobre a guerra, encontra-se a própria discussão sobre o acontecimento. A desconstrução de um processo que não foi pacífico, paralelo ao olhar sobre objetos envoltos no esquecimento da história, tem sido igualmente um grande desafio. Assim, escrever sobre a Flotilha Itaparicana é uma tarefa gratificante pois traz a possibilidade de dar vez e voz a sujeitos esquecidos e que deram uma contribuição significativa ao processo de independência do Brasil. É um apontamento para abrir novas sendas de pesquisa sobre a participação de uma força naval singular para a independência do Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin de. *Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo da Província da Bahia – 1823*. Rio de Janeiro: Typ do Jornal do Commercio, de Rodrigues, 1923.

ANDRÉA, Júlio. *A Marinha Brasileira: florões de glórias e de epopeias memoráveis*. Rio de Janeiro, SDGM, 1955.

BITTENCOURT, Pedro Calmon Moniz de. “A evolução para a Independência”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 94, vol. 148, 1923.

BRASIL, *A Marinha de Guerra do Brasil na Lucta da Independência – Apontamentos para a História*. Rio de Janeiro: Typographia de J. D. de Oliveira, 1880.

CÂMARA, Antônio Alves da. *Ensaio sobre as construções navais indígenas do Brasil*. Rio de Janeiro: Cia Editora Nacional, 1937.

CARTA do (governador das Armas da Província da Baía), Inácio Luís Madeira de Melo, ao rei (D. João VI), sobre as lutas pela independência do Brasil na Baía. Em 15 de fevereiro de 1823. In: Projeto Resgate, AHU_ACL_CU_005, Cx 276 D. 19212. Arquivo da Biblioteca Nacional. Vide também José Wanderley de Araújo Pinho, 1968, pp. 66 e 67.

CERQUEIRA E SILVA, Ignácio Accioli de. *Memórias Históricas, e Políticas da Província da Bahia*. Bahia: Tip. Do Correio Mercantil, de Précourt e Co. 1836. Tomo II, p. 192.

CERQUEIRA E SILVA, Ignácio Accioli de. *Memórias Históricas, e Políticas da Província da Bahia*. Bahia: Salvador: Bahia Imprensa Oficial do Estado. 1933, Volume IV

COCHRANE, Thomas John. *Narrativa de serviços no libertar-se o Brasil da dominação portuguesa*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

DORES, Manoel Moreira da Paixão. “Diário do capelão da Esquadra Imperial comandada por Lord Cochrane – 11 de abril a 9 de novembro de 1823”. In GARCIA, Rodolfo. *Anais da Biblioteca Nacional – 1938*, Vol. LX, Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1940.

ERMAKOFF, George. *Lorde Thomas Cochrane: um guerreiro escocês a serviço da Independência do Brasil*. Curitiba: Casa Editorial, 2021.

ESPARTEIRO, António Marques (coord.) *Actas do Conselho de Comandantes da Esquadra da Baía (1822- 1823)*, sep. Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Outubro - Dezembro de 1961

FERREIRA, Fábio. As organizações, o exército e os motins militares: o caso das tropas portuguesas na Montevideu de Carlos Frederico Lecor. *Estudios Históricos* (Rivera), v. 2, p. 1, 2015.

FREIRE, Carlos Edmundo de Lacerda. A Flotilha Itaparicana. *Revista Marítima Brasileira*, 2º T, 96.

MAIA, Prado. *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império* (2a. ed.). Rio de Janeiro: Cátedra, 1975.

MONTEIRO, Armando Saturnino. *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol. VIII (1808-1975), 1ª ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1989.

MORGATO, Sérgio Roberto Dentino. “Os combates de Itaparica e Pirajá”. In: *2 de julho: a Bahia na Independência Nacional*. Salvador: Fundação Pedro Calmon – Governo do Estado da Bahia, 2010.

MORTON, F. W. O. *The Conservative Revolution of Independence: Economy, Society and Politics in Bahia. 1790/1840*. University of Oxford, 1974.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan, FAPERJ, 2003.

OFÍCIO do chefe de divisão e comandante da Esquadra, João Félix Pereira de Campos, ao (secretário de estado da Marinha e Ultramar), Inácio da Costa Quintela, sobre a adesão dos povos da Baía à insurreição, a falta de víveres para as tropas, o bloqueio da Baía e os insucessos dos assaltos à Ilha de Itaparica. In: *Projeto Resgate*, AHU_ACL_CU_005, Cx 275 D. 19178. Arquivo da Biblioteca Nacional.

PEDREIRA, Pedro Tomas. Itaparica e as lutas pela Independência na Bahia. *Navigator*, n 12, 1975.

PEREIRA, José Rodrigues. *A Marinha Portuguesa na Época de Napoleão*, vol. II (1807-1823 – A Armada e o Brasil), Lisboa, Tribuna da História, 2005.

PIMENTA, João Paulo. A Independência do Brasil e o liberalismo português: um balanço da produção acadêmica. *Revista Digital de História Iberoamericana*, v. 1. n. 1, 2008, p. 70-105.

RABELO, Alberto. “O Papel de Cachoeira nas Lutas de Independência”. In: *2 de julho: a Bahia na Independência Nacional*. Salvador: Fundação Pedro Calmon – Governo do Estado da Bahia, 2010.

VALE, Brian. A Ação da Marinha nas Guerras da Independência In: *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: SDM, Terceiro Volume, Tomo I, 2002.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. *História da Independência do Brasil*. 3ª. Edição São Paulo: Edições Melhoramentos, 1957.

NOTAS

¹ A Revolução do Porto, normalmente chamada de Revolução Liberal do Porto, foi um movimento de fundo liberal que foi desencadeado em 24 de agosto de 1820, na cidade do Porto, com reverberação tanto para Portugal quanto para o Brasil. O movimento levou ao retorno para Portugal, em 1821, de D. João VI e sua Corte, que se encontrava no Brasil, desde a invasão das tropas francesas em 1807, e levou ao fim do absolutismo em Portugal, com a ratificação e implementação do regime constitucional em 1822. Ver: (PIMENTA, 2008, p. 70-105).

² Ver: (NEVES, 2003).

³ No livro *A Marinha de Guerra do Brasil na Luta da Independência* (1880, p. 21) esse número foi aumentado, afirmando que eram 18 embarcações, incluindo 9 “baleeiras”, constando cerca de 710 marinheiros.

⁴ OFÍCIO do chefe de divisão e comandante da Esquadra, João Félix Pereira de Campos ao (secretário de estado da Marinha e Ultramar), Inácio da Costa Quintela, Almirante João Félix em 2 de fevereiro de 1823, sobre a adesão dos povos da Baía à insurreição, a falta de víveres para as tropas, o bloqueio da Baía e os insucessos dos assaltos à Ilha de Itaparica. In: *Projeto Resgate*, AHU_ACL_CU_005, Cx 275 D. 19178. Arquivo da Biblioteca Nacional.

⁵ OFÍCIO do chefe de divisão e comandante da Esquadra, João Félix Pereira de Campos, ao (secretário de estado da Marinha e Ultramar), Inácio da Costa Quintela, sobre a adesão dos povos da Baía à insurreição, a falta de víveres para as tropas, o bloqueio da Baía e os insucessos dos assaltos à Ilha de Itaparica. In: *Projeto Resgate*, AHU_ACL_CU_005, Cx 275 D. 19178. Arquivo da Biblioteca Nacional. Relato feito a bordo da Nau *D. João VI*, em 8 de

janeiro de 1823. Anexo ao ofício de 2 de fevereiro de 1823

⁶ Ver o trabalho: (FERREIRA, 2015).

⁷ Sobre o Lorde Thomas Cochrane, ver a biografia: (ERMAKOFF, 2021).

⁸ CARTA do (governador das Armas da Província da Baía), Inácio Luís Madeira de Melo, ao rei (D. João VI), sobre as lutas pela independência do Brasil na Baía. Em 15 de fevereiro de 1823. In: **Projeto Resgate**, AHU_ACL_CU_005, Cx 276 D. 19212. Arquivo da Biblioteca Nacional. Vide também José Wanderley de Araújo Pinho, 1968, pp. 66 e 67.

⁹ Sobre essa especificidade da história da Marinha, ver as narrativas do comandante da primeira Esquadra do Brasil: (COCHRANE, 2003). Do escrivão oficial da Esquadra: (DORES, 1940). No excelente estudo do Almirante Prado Maia: (MAIA, 1975). E na compilação da **História da Marinha do Brasil**, organizada pela instituição especialmente no capítulo dedicado à ação da Esquadra: (VALE, 2002).

